



>> entrevista FLÁVIA ARRUDA, TITULAR DA SECRETARIA DE GOVERNO

Responsável pela articulação entre o Planalto e o Congresso, ministra admite que a CPI da Covid pode se transformar em um palanque eleitoral, mas aposta na responsabilidade dos senadores

“Vacinar e preservar vidas são nossas prioridades”

» DENISE ROTHENBURG
» VICENTE NUNES

Quatro dias de completar um mês no cargo, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, considera cumprida a sua primeira missão, o acordo que garantiu a sanção do Orçamento de 2021. “O ano mais apertado em termos fiscais das últimas décadas”, diz a ministra em sua primeira entrevista nestes 26 dias no cargo. Agora, ela se prepara para, novamente, tentar assegurar o diálogo crucial para o governo atravessar a pandemia, a CPI da Covid, e tentar recuperar a economia. “O maior desafio do governo e do país é ampliar a vacinação e preservar vidas. A pandemia é a maior crise depois da Segunda Guerra Mundial”, afirma.

O fato de ser representante do Parlamento, não significa que vá aceitar tudo o que vier do Congresso em termos de pedidos de liberação de recursos, especialmente, se representar um aumento do crescimento da dívida. “Se formos capazes de sinalizar para o mercado uma diminuição do crescimento da dívida pública, teremos mais investimentos e uma retomada mais rápida da atividade econômica”, prevê.

Como única mulher num ambiente tão masculino quanto é hoje o Planalto, ela garante que tem feito seu papel de garantir o diálogo: “Quero construir pontes, não gosto de muros”. No entender dela, não há espaços para processos de impeachment, pois o país não suporta mais rupturas. “Há um calendário eleitoral. Vamos seguir nessa direção”, diz. Sobre seu futuro político, ela diz que tudo será decidido na hora certa. A seguir a íntegra da entrevista ao Correio.

Wilson Mendes/Ascom/Segov-PR



Há o risco de uma politização exagerada, de um palanque eleitoral? Sempre existe. Mas a minha percepção é a de que os senadores estão preocupados mesmo é em contribuir para encontrarmos os melhores caminhos para vencermos a pandemia”

“As despesas obrigatórias tomam todo o espaço orçamentário. Será o ano mais apertado em termos fiscais das últimas décadas. Infelizmente, não será esse o instrumento de ação política”

imprensa destacando isso. Eu tenho consciência de que estou cumprindo um papel também na busca de uma maior participação das mulheres nas grandes decisões. Sou parte de uma mudança na sociedade. Já estou acostumada com isso. E, além do meu papel político, tento sempre diminuir os conflitos, e nós, mulheres, somos boas nisso.

As mulheres, geralmente, têm várias tarefas acumuladas, além do trabalho fora de casa, e a senhora sempre foi uma mãe muito presente. Como está sendo essa rotina?

Meu marido tem ajudado muito em casa e com nossas filhas, mas eu continuo muito presente. Tempo é questão de prioridade, e minhas filhas são minha prioridade emocional. Estar com elas me descansa e me conforta. Às vezes, tem uma ou outra dificuldade, mas minha família é muito presente também. Avós, tios e primos nos apoiam muito.

O que a senhora apontaria como seu maior êxito nessas primeiras semanas no cargo?

O maior desafio desses meus primeiros dias no ministério foi buscar o entendimento possível para o Orçamento. Foi muito difícil conciliar os limites da área econômica com a responsabilidade fiscal, a necessidade de recursos para combater a pandemia e os compromissos com as emendas parlamentares, fundamentais para vários setores do país.

Qual o principal desafio daqui para frente?

Creio que o país tem três grandes desafios: combater a pandemia, socorrer os mais necessitados e lançar as bases para a retomada da economia e dos empregos.

Muitos políticos dizem que, para se ter sucesso no cargo da senhora, é preciso ter a certeza de que a palavra empenhada será cumprida e um dos problemas é a escassez de recursos orçamentários para as emendas. A sanção do Orçamento resolveu esse problema?

Realmente é uma função muito difícil. Mas não está relacionada apenas à liberação de emendas ou recursos, até porque todos temos a dimensão exata da escassez orçamentária, mas ao diálogo constante com todas as forças políticas. Eu quero construir pontes. Não gosto de muros.

Em relação à política local, como está o relacionamento com o governador Ibaneis Rocha? A senhora pensa em apoiá-lo em 2022?

O governador e todo o GDF têm meu total apoio em todas as iniciativas que trazem dignidade para as pessoas e desenvolvimento para a nossa cidade. Temos realizado parcerias importantes na retomada de projetos e destinação de recursos, como o retorno da Cesta Verde, do Mãesinha Brasileira, construção de novas UPAS e luta pela segurança pública.

A senhora será candidata a algum mandato eletivo no ano que vem?

Sinceramente, no meio de uma pandemia e com tantas dificuldades, não acho que é hora de fazer planos eleitorais. Estou trabalhando muito, fazendo todo o esforço para ajudar Brasília e o Brasil. No momento certo, vamos pensar nisso.

O governo passará por uma CPI. Onde a articulação política falhou, uma vez que não conseguiu negociar desde cedo a presidência e/ou a relatoria do colegiado?

O Senado tem sua dinâmica própria, e a CPI pode ser um instrumento propositivo para o país. Ao ouvir todos os segmentos da sociedade, poderá ajudar muito, não apenas na correção de eventuais políticas públicas, como, principalmente, na proposição de novas medidas para enfrentarmos a pandemia e suas consequências. Tenho ouvido muitos senadores que têm essa visão propositiva.

Qual o risco de o governo ser minoria entre os integrantes da CPI da Covid?

Os líderes do governo no Senado e os líderes dos partidos que apoiam o governo agiram de forma muito aberta e democrática no sentido de permitir que todas as correntes políticas estejam presentes nessa discussão tão importante para o país. Há o risco de uma politização exagerada, de um palanque eleitoral? Sempre existe. Mas a minha percepção é a de que os senadores estão preocupados mesmo é em contribuir para encontrarmos os melhores caminhos para vencermos a pandemia. A pontuação de eventuais problemas, tanto no governo federal quanto nos governos estaduais, poderá ter um enfoque mais de ajustes de que de crucificar gestores.

A negociação do Orçamento de 2021 expôs a fragilidade das alianças do governo no Congresso. O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi atacado pelos

presidentes da Câmara e do Senado? O que foi que aconteceu?

Faz parte do jogo, cada um com suas responsabilidades. Casa que não tem pão, todo mundo grita e ninguém tem razão. Mas todos foram capazes de compreender as dificuldades e construímos, juntos, a solução possível. O importante é que terminou bem. E, agora, vamos cuidar da execução orçamentária com essa mesma visão de conjunto. Vai dar certo.

Analistas dizem que o Orçamento deste ano foi todo elaborado para pavimentar a reeleição do presidente Jair Bolsonaro em 2022. Não é muito arriscado transformar uma questão técnica em política?

Esta avaliação está equivocada. O Orçamento tem uma margem discricionária para o governo de menos de 6% da receita líquida. As despesas obrigatórias tomam todo o espaço orçamentário. Será o ano mais apertado em termos fiscais das últimas décadas. Infelizmente, não será esse o instrumento de ação política. O presidente é um liberal. Se formos capazes de sinalizar para o mercado uma diminuição do crescimento da dívida pública, teremos novos investimentos e uma retomada mais rápida da atividade econômica. E isso pode fazer a diferença.

A mesma confusão que se viu no Orçamento de 2021 vai se repetir em relação ao de 2022, quando o governo terá folga financeira superior a R\$ 106 bilhões no teto de gastos por causa da inflação mais alta? Vai haver uma farra de gastos?

Eu espero que tenhamos, já no próximo ano, um crescimento

da ordem de 2,5% do PIB e algum aumento de receita que permita mais investimentos públicos. Mas muito aquém do que seria desejável. Muito longe de uma expansão significativa de gastos.

A senhora está confiante na base do governo para levar adiante as reformas que o país tanto precisa para voltar a crescer? A CPI da Covid pode interromper de vez as reformas tributária e administrativa?

Esse é o Congresso mais reformista dos últimos anos. O que atrapalha não é a CPI, que vai envolver 18 senadores dos 81, e ainda temos 513 deputados. O que já está atrapalhando é a dificuldade das sessões presenciais, que são a alma do Parlamento. Perde-se muito com as sessões remotas. Fica muito mais difícil a busca de consensos e a formação de maiorias. Mas vamos avançar. Há essa determinação de avançar nas reformas.

Até que ponto a reeleição do presidente Jair Bolsonaro vai contaminar a agenda do Congresso? Veremos um Legislativo mais refratário ao governo? O que pode ser feito para tornar a relação menos conflituosa?

As eleições de quatro em quatro anos têm um efeito importante na discussão de temas dentro e fora do Congresso. Faz parte da democracia. É bom que seja assim. Não vejo nisso um problema, mas uma oportunidade de pensar o Brasil.

Além da CPI, que outros grandes focos a senhora considera que merecem atenção

do governo daqui para frente?

O maior desafio do governo e do país é ampliar a vacinação e preservar vidas. E tem o desafio de não permitir um colapso das atividades econômicas e socorrer as parcelas mais vulneráveis da população. A pandemia e suas consequências são o maior desafio da nossa geração.

Há uma série de pedidos de impeachment do presidente aguardando análise no Congresso e, agora, a oposição já prepara um para juntar parte desses pedidos. A senhora confia que o presidente da Câmara, Arthur Lira, não colocará nenhum desses pedidos para tramitar?

O Congresso tem sido muito responsável em não criar mais crises do que as que já temos. Tanto que o então presidente Rodrigo Maia, quanto o presidente Arthur Lira não viram nada que justificasse medidas excepcionais. E a sociedade, majoritariamente, não deseja mais rupturas. Há um calendário político eleitoral a ser cumprido. Vamos trabalhar nessa direção.

O presidente ainda está sem partido. Ele pode ir para o PL?

O presidente tem uma força eleitoral muito grande e tem muitas opções partidárias. O PSL teve um crescimento gigantesco exatamente em função do presidente. Mas eu não sei qual será a opção dele.

Em relação a 2022, qual a senhora acredita que deva ser o tema de maior relevância? Saúde, economia/empregos,

segurança pública?

Ainda é cedo para essa avaliação. Eu não sei se o que vou dizer é um prognóstico ou um desejo. Mas eu creio que, nas próximas eleições, haverá uma vontade de olhar para frente. Aprender com as lições dessa grave crise e projetar um país que combine crescimento econômico, geração de empregos e diminuição das desigualdades sociais.

A senhora acredita na reeleição de Bolsonaro? O presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse que o presidente pode ficar fora do 2º turno.

É muito fácil ser engenheiro de obra pronta. A verdade é que a pandemia é a maior crise depois da Segunda Guerra Mundial. Ela destruiu vidas e famílias no mundo inteiro. E o Brasil, com nossas desigualdades, tem muito mais dificuldades de isolamento social do que os países ricos. O Brasil também foi obrigado a rever conceitos, mudar ministros e estratégias. Mas o importante é que a vacinação está avançando e vamos aos poucos vencendo esse que é o maior desafio da nossa geração. Tenho muita esperança em dias melhores para os brasileiros e todo povo brasileiro. Com fé e trabalho, vamos seguir em frente.

O Planalto é ocupado basicamente por homens. Como é ser a única mulher nessa seara da articulação política do governo?

O presidente e os ministros têm me ouvido com muito respeito. Esses dias, estava numa reunião com o presidente e eram 21 homens, eu era a única mulher. Saiu até uma foto na